

PLANO DE GOVERNO DO PTC JF DESPERTA JF

Juiz de Fora tem uma vocação natural para o desenvolvimento econômico associado à tecnologia, ao conhecimento, à cultura, ao turismo e ao meio ambiente. Isso confere papel importante à construção de um ambiente econômico receptivo e desburocratizado propício ao desenvolvimento.

A retenção e atração de talentos tem papel igualmente importante. Assim, iremos priorizar ações que estimulem os fatores de identificação da população com a cidade, em especial aquelas associadas à promoção da sua vitalidade cultural, artística e científica.

Como principais desafios nesse sentido, buscaremos a melhoria da qualidade dos recursos hídricos e a busca pela eficiência energética.

Ampliaremos a participação popular nas decisões estratégicas da cidade, inovando e distinguindo Juiz de Fora como a cidade da gestão pública participativa, com forte consenso e coesão em torno do projeto de futuro desejado e da boa qualidade das nossas instituições e políticas públicas.

Temos que nos conceber como uma metrópole que engloba, além da cidade, os demais municípios que integram a Região. Isso exige um amplo esforço do executivo.

Nesse contexto, são atributos desejáveis: governança público-privada e participativa dos ciclos políticos.

A construção de uma Juiz de Fora:

1. COM MAIS QUALIDADE DE VIDA

Nosso objetivo é buscar melhor qualidade de vida para a população, de forma tal que a melhoria do ambiente econômico seja harmonizada com a busca e manutenção do bem-estar social na cidade. A atratividade aos investimentos não está condicionada apenas a fatores institucionais relacionados à qualidade do ambiente de negócios e à competitividade da economia. As decisões de investimento também são influenciadas pela capacidade de atrair e reter pessoas com mão de obra qualificada.

2. ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Vamos criar o orçamento e o Planejamento Participativo digital e Regionalizado, visando dar um caráter participativo também ao planejamento da cidade. Com esse programa, a população terá pela primeira vez, a possibilidade de propor soluções de médio prazo para a melhoria dos bairros onde vivem. O resultado desse trabalho subsidia o planejamento setorial das secretarias, contribuindo para a decisão das iniciativas a serem priorizadas no OP, além de favorecer a integração das diversas políticas públicas.

3. SEGURANÇA

No campo da segurança pública, ações preventivas com maior atuação da guarda municipal e melhoria do espaço urbano, mediante ações integradas para o controle da violência, da criminalidade e do combate às drogas, têm papel-chave para que a qualidade de vida seja assegurada na cidade. Soma-se a isso a importância de que a cidade persiga a redução do seu déficit habitacional e a erradicação dos espaços de alta vulnerabilidade social e risco geológico, por meio de políticas públicas integradas.

4. PARCERIAS

Acredito que a participação do setor privado é crucial para o desenvolvimento de uma cidade próspera. Sabemos que nem tudo deve ser delegado, mas é fundamental avançarmos nessas parcerias para viabilização dos projetos que terão impacto na melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

Também é necessário aprofundar as parcerias e a cooperação com as organizações sociais, para o maior envolvimento das pessoas e comunidades com projetos para o desenvolvimento do município.

Nesse processo de construção de uma JF de oportunidades sustentáveis e com qualidade de vida é desafio imediato não somente envolver os principais seguimentos da sociedade, mas também contagiar a administração pública neste programa de governo. Para tanto exigirá a

formação de uma grande aliança pelo desenvolvimento da cidade, reunindo esforços não apenas da União, do Estado e do Município, mas também do setor empresarial e dos setores da sociedade civil.

5. SAÚDE

A saúde da população depende também da qualidade de vida: saneamento básico, habitação, esporte e lazer, qualidade do ar, transporte, segurança, emprego e educação como também o desenvolvimento de uma cultura de paz sem violência e redução da mortalidade no trânsito.

Vamos criar o Centro Vida, que vai oferecer consultas especializadas e exames de média e de alta complexidade para a população com o objetivo de promover maior assistência para população em parceria com os órgãos de saúde da nossa cidade, para dar à população igualdade na qualidade do tratamento médico. Viabilizaremos ainda a utilização de ônibus equipados para levar Saúde aos bairros e assistência aos idosos e buscaremos uma solução viável para a complexa situação do hospital regional que está obsoleto.

6. PREVENÇÃO CONTRA AS DROGAS

Nossa prioridade é reforçar as medidas preventivas e de proteção para as nossas crianças e adolescentes. Para isso, trabalharemos no desenvolvimento de uma Política Pública, voltada ao enfrentamento dos problemas relacionados ao consumo e abuso de álcool e outras drogas, sobretudo o crack, que compreenda ações estruturantes, de prevenção, tratamento e de proteção social com uma administração mais descentralizada que sustente a ação local de Políticas sobre Drogas voltada para resultados mais efetivos, com o objetivo de assegurar a qualidade dos serviços.

Assim, cabe ao Poder Municipal potencializar os serviços com apoio dos conselhos tutelares existentes com boa gestão, a fim de possibilitar maior efetividade dos resultados, construindo soluções compartilhadas entre os diversos órgãos e serviços na prevenção com atividades e forte orientação para crianças e adolescentes.

A proposta que apresentamos para a prevenção, tratamento e reinserção social do usuário de álcool e outras drogas e apoio às famílias, tem como objetivo principal incluir uma série de projetos para o fortalecimento da rede de serviços e a implantação de ações integradas de Proteção Social ao usuário de drogas com o envolvimento das secretarias e órgãos afins.

7. ATENÇÃO À MULHER, CRIANÇA E GRUPOS DE RISCO

Expandir a Rede de Atenção à Mulher, à Criança e outros grupos de risco, ampliando as ações para a saúde sexual e reprodutiva, para o acesso ao pré-natal habitual e de risco, para o parto seguro, cuidados com o recém-nascido e assistência ao puerpério, além da qualificação do transporte inter e pré-hospitalar para a gestante e o bebê e atenção aos grupos de risco oferecendo maior proteção e atenção às suas necessidades.

8. DEFICIENTES FÍSICOS E PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Em nosso governo daremos atenção especial aos portadores de necessidades especiais e deficientes físicos para que tenham condições de se locomover e de ter acesso a todos os serviços prestados pela cidade.

8. EDUCAÇÃO

Nosso objetivo geral é aumentar a qualidade do ensino público municipal em parceria com as instituições educacionais particulares a fim de garantir a todos os estudantes o acesso à escola de qualidade, sua permanência, bem como a habilidade de ler e escrever aos 6 anos, além das competências básicas dos cálculos matemáticos e resolução de problemas até os 8 anos, realizando um diálogo contínuo entre educação e cultura, uma vez que a educação aqui é tratada como processo de desenvolvimento humano e cultural.

A expansão da educação infantil é prioridade em nossa política educacional, sendo expressa por meio do aumento da oferta de vagas para

crianças de 0 a 5 anos, prioritariamente moradoras de áreas com alto índice de vulnerabilidade social.

A captação do recurso para alcançarmos este objetivo virá da Lei Rouanet e de patrocínios de empresas diversas devidamente legal. Este projeto é um marco na parceria entre a educação público-privada e o empresariado, abrindo perspectivas de outras frentes de trabalho para a qualificação profissional, a vivência da cidadania e a justa distribuição dos bens culturais.

Nossa diretriz para a política educacional, inclui ainda, a matrícula de estudantes com deficiência nas escolas comuns, pois acreditamos que os estudantes com deficiência precisam estar em convivência com alunos não deficientes. Esta é uma política inclusiva.

Criar escola polo de educação profissionalizante, em locais estratégicos, incluindo pelo menos uma na área rural, para oferta de cursos de qualificação profissional e técnicos, em parceria com instituições federais e privadas de educação técnica, na modalidade presencial ou EAD que deverá ter uma forte ênfase a partir da pandemia, atendendo à demanda de mão de obra qualificada e fomentando os arranjos produtivos da cidade.

Os professores serão vistos como um grande capital intelectual da cidade e, por esta razão, serão devidamente valorizados. Nosso alvo é atingir os padrões do ensino praticado na Finlândia, que é considerado o país com a melhor educação do mundo.

9. MOBILIDADE URBANA

A cidade que queremos é uma cidade em que as pessoas se desloquem com rapidez, qualidade e conforto, onde há uma rede de transportes integrada e eficiente com diversificação dos meios de transporte para a opção da população, tais como: vans, táxi, moto táxis, veículos que fazem uso de aplicativo, patinetes e bicicletas, com o fim de desafogar o transporte coletivo. Uma cidade onde o trânsito é seguro e inteligente e que respeita a vida e o meio ambiente.

Por esse motivo, garantir a mobilidade e a acessibilidade é uma das minhas principais metas em busca dos mais elevados padrões de mobilidade e

acessibilidade, com um sistema de transporte de qualidade, que permitirá o acesso rápido e econômico a qualquer ponto da região com várias alternativas de transporte. A integração das redes, o gerenciamento da demanda e a qualidade dos serviços de transporte são os principais caminhos a ser seguido.

Estudos para a implantação de um sistema de transporte de massa de qualidade para a cidade já estão sendo feitos. O próximo passo é a elaboração dos projetos para viabilizar os recursos necessários à implantação junto ao Governo Federal, a Vale e a MRS.

Os ônibus deverão oferecer acessibilidade, assentos estofados, ar condicionado, TV e internet sem fio para atrair os usuários de automóvel particular para o transporte coletivo obedecendo as orientações dos órgãos de saúde.

Destaca-se, ainda, a possibilidade da implantação do sistema Bus Rapid Transit (BRT), nos mais importantes corredores de transporte público da cidade.

Estas medidas têm em vista colocar em prática a Política Municipal de Mobilidade Urbana, instituída por Lei Federal que exigiu a elaboração de Planos de Mobilidade pelos municípios.

10. PARAIBUNAS

Vamos transformar o entorno do PARAIBUNAS, com a criação de ciclovia, iluminação e quiosques deixando o seu entorno mais bonito e agradável.

11. RESPEITO AOS IDOSOS

Trataremos os idosos com respeito que merecem, atenção na saúde e criaremos lares de repouso durante o dia para os mesmos enquanto os familiares possam trabalhar.

12. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.

Daremos apoio e suporte para banho, lavagem e doação de roupas e orientação sobre questões médicas e de higiene, além de oportunizar trabalho àqueles que quiserem sair das ruas.

13. COMBATE ÀS PRAGAS.

Faremos um combate como nunca foi feito ao mosquito da dengue e outras pragas em parceria com a comunidade até conseguirmos a sua completa erradicação.

14. CRECHES

Ofereceremos creches para todas as mães carentes que tiverem necessidade de trabalhar e deixar seus filhos em segurança com participação da iniciativa privada e instituições religiosas.

15. GARANTIA DOS EMPREGOS

Nosso governo não medirá esforços para garantir os empregos, apoiar a livre iniciativa e viabilizar meios para que as micros e médias empresas deem continuidade as suas atividades sem solução de continuidade. Daremos incentivos para atrair novas empresas e faremos todo empenho para que não saia da nossa cidade nenhuma das que aqui estão gerando emprego.

16. SERVIÇO PÚBLICO

O serviço público será feito através de pessoas com capacidade técnica, dando igual atenção ao cidadão, agilizando o atendimento e implementando uma política mais humana no tratamento interpessoal.

17. ÁREAS DE RISCO

Daremos prioridade na resolução dos problemas das encostas e alagamentos, apresentando soluções rápidas e exequíveis principalmente nas áreas de risco. Estaremos em alerta quanto aos riscos iminentes das barragens João Penido e Chapéu D'Uvas, que representam alto risco para a cidade.

18. POLÍTICA EDUCATIVA

Estabeleceremos uma política educativa no trânsito para que as faixas de pedestre sejam respeitadas, e no tocante à preservação da flora e da fauna, além de sensibilizar o cidadão para não poluir a cidade. Nesta perspectiva, inovaremos na limpeza do Paraibuna e na colheita de lixo e limpeza das ruas, praças e bueiros.

18. MÁQUINA ADMINISTRATIVA

Para mim, a administração pública precisa ter como exemplo uma águia que voa alto. Mas para isto precisa ser leve, enxuta e feroz nos seus investimentos. Neste objetivo estaremos revisando todos os contratos feitos e implementando uma diagnose em conjunto com uma auditoria.

19. INTOLERÂNCIA COM A CORRUPÇÃO

Nosso governo será estruturado com base neste tripé: capacidade técnica; intolerância com a corrupção e excelência na gestão.

20. MORADIA

Desenvolveremos um plano estratégico para que as moradias sejam oferecidas a população de baixa renda dentro de suas possibilidades e para que a cidade cresça de maneira ordenada, redefinindo a ocupação do solo para que as regiões experimentem crescimento equânime e de maneira isonômica.

21. QUANTO ÀS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO:

- Dar voz e visibilidade aos Conselhos Municipais de Habitação e de Políticas Urbanas, valorizando a participação de profissionais qualificados para ajudar a pensar a cidade.
- Dar notoriedade às políticas públicas para habitações de interesse social, estabelecendo parcerias que colaborem de forma multidisciplinar com a elaboração de projetos que garantam moradia digna às famílias em estado de vulnerabilidade social;
- Criar um programa de Residência em Construção Civil, em parceria com as faculdades locais, aproximando acadêmicos de Arquitetura e Urbanismo e Engenharias da vivência do atendimento público, capacitando os futuros profissionais a pensar a cidade em todas as suas particularidades e excentricidades;
- Incentivar eventos e discussões para avaliação técnica das condições e necessidades da cidade, a fim de que profissionais qualificados apresentem soluções direcionadas para o planejamento do nosso território urbano.

21. QUANTO ÀS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO:

- Promover um mapeamento das áreas de possível expansão para desafogamento dos gargalos da cidade;
- Mapear e dar atenção especial às áreas de risco em parceria com a Defesa Civil e com o Corpo de Bombeiros;
- Mapear as áreas que necessitam de requalificação urbana e integrar essas áreas nas políticas de segurança pública;
- Promover ações que ponham em prática os instrumentos previstos pelo Plano Diretor da cidade;
- Desenvolver ações de tratamento e requalificação do leito do Rio Paraibuna, através de criação de parques lineares em conjunto com Instituições e Empresas;
- Fortalecer o desenvolvimento de outros polos ou centros comerciais nas zonas com grande potencial de desenvolvimento como os Bairros Santa Luzia, Benfica, Manoel Honório, Francisco Bernardino, buscando obter novas postos

de trabalho, distribuição da população ao reduzir a necessidade de ida às ruas centrais da cidade, o que impactaria diretamente no desafogamento do fluxo de trânsito e na superlotação dos ônibus em horário de pico, obtendo assim uma forma de se promover prosperidade econômica com benefícios diretos à toda população da cidade;

- Promover uma integração entre as políticas públicas de saúde, os planos habitacionais, o programa de arborização da cidade e as normas de reuso e descarte de resíduos hídricos e sólidos com um programa de saneamento básico, considerando o impacto de cada um desses elementos na saúde pública;

- Prover infraestrutura adequada para áreas periféricas e bairros afastados, em busca de reverter a segregação sócio territorial;

- Equipar diferentes bairros, com especial atenção às periferias urbanas, universalizando o acesso a serviços básicos em curtas distâncias;

- Aperfeiçoar e promover programas de educação patrimonial, respeitando a difusão de saberes e culturas e respeitando as especificidades regionais e locais;

- Promover e valorizar políticas voltadas para a garantia dos direitos das minorias que historicamente construíram a nação brasileira, tais como os indígenas, africanos, imigrantes, respeitando questões de gênero, classes e etnias e fortalecendo a pluralidade das ações.

22. CONCLUSÃO

O Plano de Governo seguirá em frente, tendo em perspectiva o futuro e o desdobramento desse futuro em propostas concretas.

Imbuído dessa ideia, construímos este Programa de Governo, como um efetivo instrumento de gestão e não apenas como um documento de intenções.

Juiz de Fora, 18 de setembro de 2020

Aloizio Penido Bertho
Presidente do PTC JF